

## CONTRATO TEMPORÁRIO

*Contrato por prazo determinado N.º 165/2017*

**MUNICÍPIO DE PORTO ESPERIDIÃO**, pessoa jurídica de Direito Público interno, com sede social na Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444, centro, Porto Esperidião – MT, inscrita no CNPJ sob o número **03.238.904/0001-48**, neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 377.970(SSP/MT), inscrito no CPF/MF sob o n.º 299.631.761-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **ÉRICA REGINE AGUILAR PEDRAÇA**, brasileira, solteira, portador da cédula de identidade n.º 2249254-2 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n.º. 054.225.781-55, residente e domiciliada em rua Paulo Veríssimo, n.º 154, Porto Esperidião – MT, doravante denominada **CONTRATADA**.

Resolvem firmaro presente **Contrato para atender necessidade temporária de excepcional interesse público**, com fundamento no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal n.º 412/2005, e nas seguintes Cláusulas e Condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, comprometendo-se a CONTRATADA a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade às atividades e tarefas pertinentes à sua função, segundo as necessidades da CONTRATANTE e de acordo com o determinado pela **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO

2.1. Ajustam as partes que, pela prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, o CONTRATADO receberá o equivalente ao valor de **R\$ 1.020,96 (mil e vinte reais e noventa e seis centavos)** conforme previsto na Lei Complementar 018/2003.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1. O presente Contrato terá início no dia 21 de junho de 2017 com término previsto para o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser rescindido a pedido ou iniciativa do prefeito municipal.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. A CONTRATADA obriga-se a executar com zelo e dedicação, as funções inerentes ao cargo, de acordo com a Lei Complementar n.º 016/2003, objeto deste Contrato, junto à **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**.

4.2. – A carga horária da CONTRATADA será de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sextas feiras.

### CLÁUSULA QUINTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

5.1. A CONTRATADA em cumprimento às disposições legais vigentes DECLARA que, não está em gozo de aposentadoria, em licença para tratar de interesse particular ou suspensão contratual, nem ocupa nenhum outro cargo/emprego/função em autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundação mantida pelo poder público ou outra entidade que se ache sob seu controle direto ou indireto, quer no âmbito federal, estadual ou municipal.

5.2 - Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pela CONTRATADA, não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

### CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

6.1. A CONTRATADA terá a sua vinculação obrigatória ao regime geral de previdência social – INSS, nos termos do Art. 40, § 13, da Constituição Federal.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO HORÁRIO

7.1. A CONTRATADA cumprirá a carga horária de 40 (**QUARENTA**) horas.

### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

8.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão acobertadas pelos recursos

próprios do município oriundos da dotação orçamentária: 3.1.90.04.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** O presente contrato poderá ser extinto, sem direito a indenizações:

**I** - Pelo término do prazo contratual;

**II** - Por iniciativa da CONTRATADA; e

**III** – Por iniciativa do CONTRATANTE.

§ 1º - A extinção do contrato, no caso do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem pagamento de indenização independente se o distrato for realizado com ou sem justa causa.

§ 2º - A extinção do contrato, no caso do inciso III, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, sem justa causa, importará no pagamento ao contrato de indenização de correspondente a metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

§ 3º - A extinção do contrato, no caso do inciso III, poderá ocorrer se houver convocação de servidor aprovado em concurso público e o mesmo tomar posse no cargo e vaga acima citado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA –DO FORO**

**10.1.** Elegem as partes o Foro da Comarca de Porto Esperidião para dirimir quaisquer controvérsias e dissídio decorrentes da execução deste Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que se apresente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de iguais teor e forma, nas presenças de duas testemunhas, ambas servidoras públicas municipais, maiores e capazes.

Porto Esperidião-MT, 22/maio/2017.

**Martins Dias de Oliveira**  
**Prefeito Municipal**

---

**Contratado**

**Testemunhas:**

---

1º Simplício Kuhn  
CPF 158.486.710-87

---

2º DielsonAredesFalci  
CPF: 590.902.006-49